

Economia Feminista: um enquadramento teórico-metodológico voltado para a sustentabilidade da vida e a reprodução social

Brena Paula Magno Fernandez¹

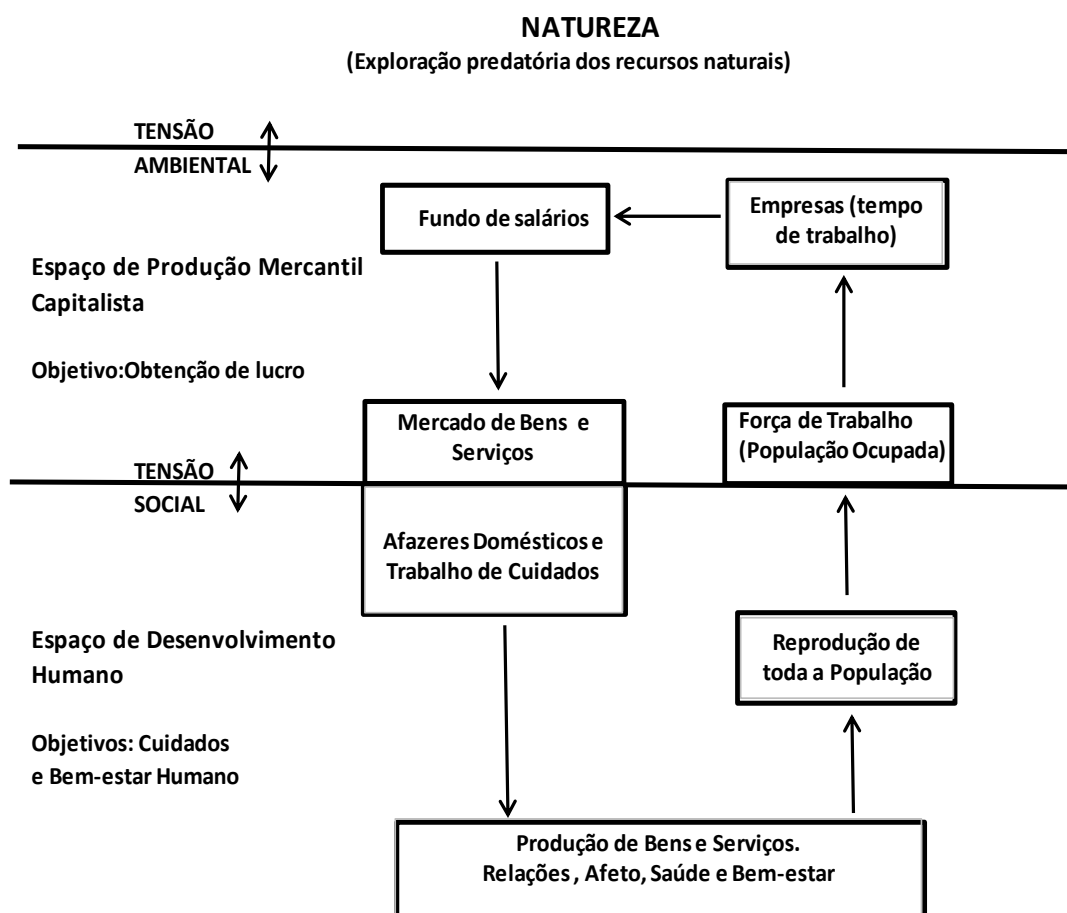
O objetivo geral dos estudos levados a cabo pelo programa de pesquisa da Economia Feminista é obter uma compreensão mais profunda acerca da *economia como um todo*. Neste sentido, pode-se considerar que a crítica feminista à economia possua uma natureza dual. Por um lado, é uma crítica ao próprio sistema econômico, à economia na qual estamos inseridos. De fato, segundo esse olhar, o sistema capitalista conjuga uma ampla gama de questões e preconceitos correlacionados – sendo, além de sexista, também patriarcal, colonialista, racista e depredador da natureza (MIES, SCHIVA, 1993). Por outro lado, a crítica feminista dirige-se também às teorias econômicas que o explicam e que, de certa forma, ao espelhá-lo, acabam contribuindo para reforçar os seus vieses.

No plano teórico-metodológico, os autores alinhados à perspectiva feminista apontam que a economia tradicional restringe-se à investigação dos problemas que estão circunscritos ao mercado, à produção para o mercado, ao trabalho que é desempenhado no mercado e/ou à maneira como os agentes econômicos supostamente se comportam no mercado. No entanto, não leva em conta tudo o que está sustentando esse mercado, seja a economia do cuidado, a enorme quantidade de trabalho não remunerado que é realizado no interior das residências e que serve para reproduzir a vida, seja a natureza, os recursos naturais, considerados inesgotáveis, podendo ser indefinida e predatoriamente explorados.

Existem portanto duas fontes de tensão – a tensão social e a ambiental – não resolvidas pelas teorias econômicas tradicionais, que interessam à perspectiva feminista investigar no plano teórico e resolver no âmbito político, quer por intermédio de ações cirúrgicas, de curto prazo, quer por meio de mudanças e transformações estruturais, de médio e longo prazos. Esquemáticamente, podemos representar essa visão alternativa de enquadramento teórico-conceitual com a figura apresentada abaixo, que exprime aquilo que seria uma compreensão da “economia como um todo”, à qual fizemos alusão no início.

¹ Professora Associada II do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Email de contato: brena.fernandez@ufsc.br.

Figura - Ciclo Ampliado da Reprodução Social



Fonte: elaboração própria adaptada do esquema originalmente proposto em Picchio (1994).

Em linhas gerais, o que a Economia Feminista reivindica é que precisamos caminhar em direção à *outra economia* (CARRASCO, 2006) que tenha como eixo central a *sustentabilidade da vida* (NELSON; POWER, 2018), a *reprodução social* (NELSON, 1993), com *valorização da natureza* (PERKINS, 2007).

Levando-se em conta apenas as questões da divisão sexual do trabalho e o trabalho de reprodução, que são pontos nevrálgicos de todo o edifício teórico-conceitual da Economia Feminista, inúmeras e variadas são as questões econômicas que têm atraído o olhar dos/as teóricos/as feministas em busca de respostas mais convincentes do que aquelas que o *mainstream* tem conseguido oferecer. Por exemplo: por que as mulheres brasileiras trabalham, em média, o dobro do número de horas que os homens nas tarefas domésticas e no cuidado com familiares? Por que, quando se consideram as duas jornadas (trabalho no lar e trabalho no mercado), as mulheres brasileiras sempre ocupam um patamar mais elevado do que os homens no cômputo das horas trabalhadas? Por que as

mulheres de todos os países ao redor do mundo – sejam eles desenvolvidos², em desenvolvimento ou subdesenvolvidos – ganham menos do que os homens no mercado formal de trabalho para desempenharem funções idênticas ou muito semelhantes às aquelas desempenhadas por eles? Por que, em períodos de crise econômica, as mulheres são comparativamente as mais prejudicadas, precisando carregar um fardo adicional de trabalho sobre os ombros?

Os nove artigos aqui reunidos oferecem investigações representativas desse universo de questões. Para fins de organização, eles foram agrupados em três blocos, começando por três artigos com propostas cujo foco é mais conceitual-metodológico, por assim dizer. Um segundo grupo centrado na discussão de questões atinentes à situação da mulher no mercado de trabalho e finalmente um terceiro grupo composto por dois estudos de caso.

O primeiro artigo, intitulado “Origens e Influências da Economia Feminista: uma Análise Bibliométrica e de Conteúdo”, de autoria de Amanda Antonette e Júlio Rohankohl, lança mão da pesquisa bibliométrica e da análise de conteúdo a fim de investigar a gênese dos estudos em Economia Feminista, estabelecendo algumas das inspirações teórico-metodológicas fundamentais para esse campo de estudos. Suas conclusões apontam para um pluralismo de influências³ que marcaram a formação e o desenvolvimento desse campo de pesquisa, bem como para a importância dos debates pluralistas para a ampliação da capacidade explicativa da ciência econômica.

Na sequência, Vanessa Simon, em seu artigo “Economia Feminista, Economia Social e Solidária, Paradigma Paraeconômico: Aspectos Comuns e Necessários para se Repensar o Paradigma Hegemônico e a Importância das Mulheres” aponta para a necessidade de reconfiguração do paradigma econômico atual – unidimensional, centrado no mercado e com viés androcêntrico, segundo a crítica feminista. Como alternativa, propõe o assim chamado “paradigma paraeconômico” que, segundo a autora, conseguiria contemplar questões deixadas em aberto pelo paradigma tradicional neoclássico e que estão nas agendas tanto da economia feminista, quanto da economia social ou solidária.

² Apenas a título de exemplo, segundo Marçal (2017: 197), mesmo na Suécia os ganhos das mulheres, recalculados como salários por trabalho em tempo integral, são cerca de 17% mais baixos dos que os dos homens. E essa diferença tem se mantido inalterada há aproximadamente 20 anos.

³ Nomeadamente as influências do feminismo marxista, da teoria neoclássica (em especial da Nova Economia Doméstica, quando a família é tomada como unidade de análise), da teoria feminista, da teoria marxista e da teoria da modernização.

No terceiro artigo “A Aplicação do Método Lume no Estudo do Trabalho das Mulheres Agroextrativistas em Agrossistemas Amazônicos”, Alciene Felizardo e Hueliton Azevedo, propõem-se a apresentar e defender o papel do Método de Análise Econômico-Ecológica de Agrossistemas (LUME) como relevante para a visibilização do trabalho das mulheres em Agrossistemas da Amazônia.

Iniciando o segundo bloco, temos o quarto artigo, “Ser Mulher importa? Determinantes, Evidências e Estimativas da Participação Feminina no Mercado de Trabalho brasileiro”, de autoria de Ana Carolina Tedesco e Kênia Souza. Com o intuito de responder a pergunta que intitula o artigo, as autoras utilizam um modelo econométrico para primeiramente explicar como características individuais afetam a inserção no mercado de trabalho e depois mostrar como esses efeitos se alteram no período analisado, entre 2001 e 2015.

Em seguida, no quinto artigo “Participação da Mulher no Mercado de Trabalho brasileiro de 2014 a 2019”, de autoria de Carolina Baltar e Júlia Omizzolo, as autoras investigam alguns dos determinantes das diferenças salariais por gênero no Brasil para o período estipulado, estabelecendo a segregação ocupacional por gênero como um elemento-chave para explicar os *gaps* salariais.

O sexto artigo – “Mulheres frente à Recessão Econômica e a Austeridade: uma Interpretação da Economia Feminista”, de Iriana Cadó e Juliane Furno, se vale da perspectiva teórica da Economia Feminista para lançar luz sobre como a recessão econômica dos anos 2014-15 e o conjunto de políticas de austeridade – tanto fiscais quanto trabalhistas – que se seguiram impactaram diferentemente homens e mulheres no Brasil. Os resultados encontrados nessa pesquisa corroboram estudos internacionais⁴ no tocante à existência de consequências diferenciadas quanto ao gênero e que penalizam predominantemente mulheres durante e após as crises econômicas do capitalismo e as subsequentes medidas de austeridade.

O sétimo e último artigo do segundo bloco, “Pobreza e gênero: evolução dos indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para o Brasil” de autoria de Chinara Schinaider, Isabella Viana e Evandro Teixeira, busca verificar a possibilidade de o fenômeno conhecido como “feminização da pobreza” ter ocorrido no Brasil comparando-se os anos de 2005 e 2015.

⁴ A esse respeito ver, por exemplo, Ortiz e Cummins (2013); Evans (2015); Bargawi, Cozzi e Himmelweit (2017).

Encerrando o número temático da revista Textos de Economia dedicado à Economia Feminista, temos o último bloco com dois estudos de caso. Em seu artigo “Donde dejo a mi hijo? Redes para el Cuidado em la Comunidad Hispana de Nueva Orleans”, Diana Carolina Simbana apresenta e discute as estratégias que um grupo de famílias monoparentais de imigrantes ilegais em Nova Orleans se utilizaram para deixar seus filhos menores enquanto trabalham. Inserindo-se no contexto das pesquisas da Economia dos Cuidados, a autora utiliza-se de entrevistas aplicadas a sete mulheres que moravam na cidade de Nova Orleans no ano de 2017.

Last but not least, no artigo “O Papel da Mulher na Agricultura Familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas”, Jordan dos Santos, Liana Bohn e Helberte Almeida realizam uma pesquisa de campo com o intuito de averiguar se é possível afirmar que o trabalho da mulher seja invisibilizado na agricultura familiar por desconsiderar o tempo de trabalho reprodutivo.

Como se vê, nesse número conseguiu-se reunir uma interessante e diversificada amostra do *pluralismo* de métodos, abordagens, interesses e influências teóricas de base que compõem o efervescente campo da Economia Feminista, referido no primeiro artigo. Endossamos fortemente essa perspectiva⁵. De fato, acreditamos que o pluralismo epistemológico/metodológico seja a alternativa mais adequada para solucionar o atual quadro de falta de neutralidade da ciência econômica, uma vez que, não raro, ainda hoje o paradigma neoclássico é tomado como a única forma rigorosa de se investigar a economia.

A Economia Feminista é plural, está em ebulição e quem ganha com isso somos todos e todas nós.

REFERÊNCIAS

BARGAWI, H.; COZZI, G.; HIMMELWEIT, S. (org.) (2017). **Economics and Austerity in Europe: gendered impacts and sustainable alternatives**. New York: Routledge.

CARRASCO, C. (2006). La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (org.) **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, pp. 29-62.

EVANS, M. (2015): Feminism and the implications of Austerity. **Feminist Review**, 10 (1), pp. 146-155.

⁵ A esse respeito, consultar Fernandez (2008a ou 2008b).

FERNANDEZ, B (2008a): Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo. In: **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gêneros: Redações e Trabalhos Científicos Monográficos Vencedores**. Brasília: Presidência da República / Ministério da C&T, pp. 37-55.

FERNANDEZ, B (2008b): A Epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, nº2, pp. 359-385.

FERNANDEZ, B. (2018): Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 3, pp. 559-583.

FERBER, M.; NELSON, J. *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: **University of Chicago Press**, 1993.

MARÇAL, K. **O lado invisível da Economia: uma visão feminista**. São Paulo: Alaúde, 2017.

MIES, M.; SCHIVA, V. **Ecofeminism**. New York: Zed, 1993.

NELSON, J. The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the definition of economics. In: FERBER, M.; NELSON, J. *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: **University of Chicago Press**, pp. 23-36., 1993.

NELSON, J.; POWER, M. Ecology, Sustainability, and Care: Developments in the field. **Feminist Economics**, 24(3), pp. 80-88., 2018.

ORTIZ, I.; CUMMINS, M. Austerity measures in developing countries: Public expenditure trends and the risks to children and women. **Feminist Economics**, 19(3), pp. 55-81., 2013.

PERKINS, P.E. Feminist Ecological Economics and Sustainability. **Journal of Bioeconomics**, 9(3), pp. 227-244., 2007.

PICCHIO, A. El trabajo de reproducción: tema central em el análisis del mercado laboral. In: BORDERIAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMAY, C; (ed.) **Mujeres y el Trabajo. Ruptura conceptuales**. Madrid: Icaria, pp. 451-502., 1994.